



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA
Trabalho de fim de curso

**O Processo de Desmobilização e os Desafios para a Paz Duradoura em Moçambique, 1992-
2019**

Discente:

Darson Fenias Chirindja

Docente:

José Cláudio Mandlate, Msc.

O Processo de Desmobilização e os Desafios para a Paz Duradoura em Moçambique, 1992-2019

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de
Licenciatura em História da universidade Eduardo Mondlane

Darson Fenias Chirindja

Departamento de História
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Universidade Eduardo Mondlane

Docente

(Mestre José Cláudio Mandlate)

Maputo, Outubro de 2025

Declaração

Eu Darson Fenias Chirinja, declaro por minha honra que este trabalho nunca foi publicado para a obtenção de qualquer grau e, que ele constitui o resultado da minha pesquisa pessoal.

Maputo, Outubro de 2025

(Darson Fenias Chirindja)

Dedicatória

Dedico este trabalho ao meu pai, Reginaldo Fenias Tomo Chirindja, pela inspiração constante, apoio incondicional e pelos valores que me transmitiu.

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, pela dádiva da vida, pela força nos momentos de fraqueza e pela sabedoria que me permitiu concluir esta etapa importante.

Aos meus pais, Reginaldo Fenias Tomo Chirindja e Zulfa Issufo Abdul Remane, expresse a minha eterna gratidão. À minha mãe, com particular carinho, pela coragem de abdicar dos seus próprios sonhos para garantir a melhor educação a mim e aos meus irmãos.

Aos meus irmãos, Vanessa Chirindja e Thierry Chirindja, pelo companheirismo, apoio e incentivos constantes.

Aos meus avós, João Chirindja, Josefina Chirindja e Joaquina Araújo, agradeço pelo exemplo de sabedoria e pelo amor que sempre foi o alicerce da nossa família.

À família, cuja presença e palavras de encorajamento tanto significaram ao longo desta jornada, deixo o meu profundo reconhecimento. Em especial, agradeço a Amélia Pinto, bem como aos meus tios: Hélio Chirindja, Nilza Bachir Chirindja, Farisse Chirindja, Laura Chirindja, Fátima Chirindja, Nélio Chambe, Mariamo Tala, Mommad Remane, Paula Edgar Machava, João F. Chirindja, Gertrudes Mereque e Lina Chirindja.

Aos meus primos, pela amizade, irmandade, estímulo e afeto ao longo do meu percurso académico: João Farisse, Muhzna Chirindja, Nilton Chirindja, Josefina Chilengue, Zaituna Chilengue, Dércio Chilengue, João Chilengue, Fernando Chilengue Jr., Lúcia Farisse, Elisa Chambe, Anis Célio de Lacerda, Hélio T. Chirindja Jr., Issufo Momad, Danilo Nato, Josefina Chambe, Igor Chambe e Sidney Miambo.

Aos amigos que estiveram presentes nos momentos mais exigentes, agradeço de coração: Adécio da Preciosa, Adriano Sigauque, Alberto Magaia, Ângela Madeira, Américo Nhandza, Derico Chihepe, Edilson Chivale, Elias Novela, Eugénio Cumbe, Hernâni Edgardo, Janila Carina, Joaquim Zandamela, Júlio Sambo, Lourenço Manjate, Maurício Mboane, Malaquias Alfresco e Moisés Rodrigues.

Aos meus professores Paulo Lopes, PhD e José Mandlate, MA pela ajuda prestada.

Aos meus colegas de curso, em especial: Américo Vasco Nhandza, Hermelino Moçambique, Júlio Fernando, José Massingue e Américo Uamusse.

A todos os que, directa ou indirectamente, contribuíram para a concretização deste trabalho, expresso a minha mais sincera gratidão.

Resumo

O presente trabalho insere-se no conjunto das abordagens sócio políticas de Moçambique com particular incidência para o *Processo de Desmobilização e os desafios para a Paz duradoura em Moçambique entre 1992-2019*. As abordagens sobre as implicações da Guerra Civil moçambicana deixam a desejar uma intervenção mais voltada a análise do processo das condições estabelecidas para o seu próprio fim.

Neste caso, o processo de DDR, uma das principais medidas do pacote do AGP. Este trabalho é resultado da intensificação das honestidades entre as forças envolvidas na guerra revelando falhas no processo que culminou com o fim do conflito em 1992.

Argumenta-se que o processo de desmobilização em Moçambique, longe de representar um ponto final nas hostilidades, expôs as fragilidades estruturais de um Estado em reconstrução e revelou a complexidade dos desafios da consolidação da paz.

O contexto histórico global dos finais da década de 90 combinado com as profundas mudanças internas e de uma RENAMO fragilizada não condicionaram um bom clima para o cumprimento das medidas do AGP resultando em constantes conflitos posteriores.

Abstract

This work is part of the set of socio-political approaches in Mozambique with particular focus on the Demobilization Process and the challenges for lasting Peace in Mozambique between 1992-2019. Approaches to the implications of the Mozambican Civil War leave something to be desired for an intervention more focused on analyzing the process of the conditions established for its own end. In this case, the DDR process, one of the main measures of the AGP package.

This work is the result of the intensification of honesty between the forces involved in the war, revealing flaws in the process that culminated in the end of the conflict in 1992. It is argued that the demobilization process in Mozambique, far from representing an end to hostilities, exposed the structural weaknesses of a State under reconstruction and revealed the complexity of the challenges of consolidating peace.

The global historical context of the late 90s combined with profound internal changes and a weakened RENAMO did not create a good climate for compliance with AGP measures, resulting in constant subsequent conflicts.

Siglas e acrónimos

AGP Acordos Gerais de Paz

DDR Desmobilização, Desmilitarização e Reintegração

FADM Forças Armadas de Defesa de Moçambique

FRELIMO Frente de Libertação de Moçambique

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RENAMO Resistência Nacional Moçambicana

ONU Organização das Nações Unidas

ONUMOZ Organização das Nações Unidas em Moçambique

ONGs Organizações não Governativas

Sumário

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo.....	v
Abstract	vi
1. Tema.....	1
2. Objectivos da Pesquisa.....	2
3. Problemática da pesquisa	3
4. Pergunta de Partida	5
2. Revisão da literatura.....	6
5. Metodologia	8
6. Método de pesquisa.....	8
Capítulo II: O Processo de Desmobilização, Desmilitarização e Reintegração (DDR) em Moçambique Após os Acordos Gerais de Paz	10
2.1. Contexto Histórico e Político do DDR em Moçambique	10
2.2. O Conteúdo dos Acordos Gerais de Paz Relativo ao DDR.....	10
2.3. A Desmobilização: Implementação e Desafios.....	11
2.4. A Desmilitarização: O Desarmamento e a Formação do Novo Exército.....	11
2.5. A Reintegração: Dimensão Social, Econômica e Psicológica	12
2.6. Resultados do processo do DDR em Moçambique	12
Capítulo III: O Processo de Desmobilização em Moçambique: Natureza, Evolução e Constrangimentos	14
3.1. A Natureza do Processo de Desmobilização em Moçambique.....	15
3.2. A Evolução Histórica do Processo de Desmobilização em Moçambique.....	16
3.4. Militarização Pós-Independência e Pré-Desmobilização (1975-1992)	17

3.5. Acordo Geral de Paz e Primeira Fase de Desmobilização (1992–2005).....	17
3.6. Recrudescimento do Conflito e Segunda Fase de Desmobilização (2006–2018).....	18
3.7. DDR Actual e o Acordo de Paz de 2019.....	18
3.8. Os Principais Constrangimentos do Processo de Desmobilização em Moçambique.....	19
3.9. Fragilidades Institucionais e Governança Deficiente	19
3.10. Insuficiência de Recursos e Apoio Internacional Instável	20
3.11. Ausência de Reintegração Económica Sustentável.....	20
3.12. Falta de Apoio Psicossocial e Reconciliação Comunitária	20
3.13. Persistência de Tensões Políticas e Militarização da RENAMO	21
CAPÍTULO IV: As Implicações das Falhas do Processo de Desmobilização para a Manutenção da Paz em Moçambique	22
2.4. A Influência do Contexto Pós-Guerra	22
FALHAS NO PROCESSO DE DESMOBILIZAÇÃO.....	23
2.5. Falta de Planeamento e Coordenação	23
2.6. Reintegração Económica Limitada.....	23
2.2. Exclusão e Desigualdade	24
IMPLICAÇÕES PARA A MANUTENÇÃO DA PAZ.....	24
3.1. Recrudescimento da Violência.....	24
3.2. Fragilidade Institucional	25
3.3. Obstáculos à Reconciliação Nacional	25
PAPEL DAS ONGS, IGREJAS E COMUNIDADES LOCAIS	25
TESTEMUNHOS E IMPACTO REGIONAL (GORONGOSA E SOFALA)	26
PERSPECTIVAS DE LONGO PRAZO PARA UMA PAZ SUSTENTÁVEL	26
CONCLUSÃO	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29

Introdução

1. Tema

Este trabalho enquadra-se nas discussões sociais, políticas e económicas de Moçambique pós-colonial e particularmente foca-se nos desafios impostos pelos retrocessos dos acordos celebrados em Roma como elementos determinantes para o fim da Guerra Civil. Particularmente, busca compreender as implicações dos constantes processos de desmobilização para a paz duradoura em Moçambique.

Segundo Carvalho, Reppell e Rozen (2016: 1) os esforços de resolução de conflitos ao longo da história mostram que a celebração de um acordo não põe necessariamente fim a todas as dinâmicas de um conflito. Quando se chega a um acordo, permanecem os riscos de retrocesso e regresso à violência porque não foram colmatadas todas as causas do conflito ou porque surgem novos desafios abrindo espaço para o desenvolvimento de esforços para a consolidação da paz, sendo os processos que procuram diminuir o risco de escalada ou regresso a qualquer tipo de conflito, não se tratando de actividades isoladas.

O culminar do intenso conflito entre a RENAMO e o Governo Moçambicano foi sinalizado pela celebração dos Acordos Gerais de Paz em Roma a 4 de Outubro de 1992 graças ao contributo incontornável da Comunidade Santo Egídio (Rocca, 1998).

Entretanto, a complexidade dos acordos e os desafios para a sua materialização vieram a desafiar todos os esforços anteriores para a garantia e manutenção da Paz, pois, pesa embora não ter sido o único, mas a implantação do processo de Desmilitarização, Desmobilização e Reintegração dos combatentes, processo conduzido pela Organização das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ), mostrou a deficiência da imparcialidade entre as partes (Coelho, 2002).

Isto, fez com que todas as tentativas anteriores de desmobilização fossem um fracasso, embora não na sua totalidade, abrindo espaço para futuras negociações e processos similares.

A assinatura do Acordo de Cessação de Hostilidades em Setembro de 2014 foi outro esforço significativo para resolver os conflitos remanescentes e evitar um novo surto de violência. Este

acordo foi alcançado após um período de renovada violência e tensão entre o governo e a RENAMO, começando em 2013. O acordo incluiu um cessar-fogo imediato, a integração dos combatentes da RENAMO nas forças armadas e na polícia moçambicana, a concessão de amnistia para crimes cometidos durante o conflito e um compromisso com reformas eleitorais para garantir a transparência e a equidade nos processos eleitorais futuros (Carvalho et al., 2016). Apesar dessas medidas, a implementação do acordo enfrentou desafios significativos, com desconfianças persistentes entre as partes e dificuldades na plena integração dos combatentes.

Na sequência da assinatura do Memorando de Entendimento sobre Assuntos Militares, em Agosto de 2018, tanto o Governo como a Renamo se comprometeram a avançar na questão central do Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR).

O Memorando de Entendimento estabelece um conjunto acordado de acções e princípios orientadores para a integração de oficiais da Renamo nas estruturas das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) e da Polícia da República de Moçambique (PRM), e para o desarmamento, desmobilização e reintegração de elementos armados da Renamo. O processo de DDR foi concebido de modo a ser inclusivo e participativo, como sempre, procurando criar as condições necessárias para permitir que os combatentes da Renamo deponham armas e regressem às suas casas (Bueno e Weimer, 2020).

O desarmamento, desmobilização e reintegração de 5.221 combatentes da Renamo (257 mulheres e 4.964 homens) está em curso desde Julho de 2019, altura em que se procedeu ao registo do primeiro grupo de combatentes no distrito da Gorongosa, Província de Sofala (Bueno e Weimer, 2020).

2. Objectivos da Pesquisa

2.1 Objectivo Geral

Compreender o processo de Desmobilização e os seus desafios para a Paz em Moçambique.

2.2 Objectivos específicos

Descrever o processo de Desmobilização, Desmilitarização e Reintegração após os Acordos Gerais de Paz.

Identificar a natureza, evolução e os constrangimentos do Processo de Desmobilização em Moçambique

Analisar as implicações das falhas do processo de Desmobilização para a manutenção da Paz em Moçambique.

3. Problemática da pesquisa

A Guerra Civil em Moçambique foi movida pela RENAMO contra o Governo marxista-leninista sob alegações da ausência de democracia, um dos elementos centrais pelos quais o povo moçambicano mergulhou numa guerra de libertação nacional. A RENAMO exigia o cumprimento dos objectivos pelos quais se desencadeou a luta de libertação e se opunha ao regime do partido único.

Embora alguns pesquisadores mais proeminentes, como Geffray e Minter, considerem que a RENAMO tenha sido um movimento desenvolvido pelos regimes minoritários brancos da região para cumprir com os planos do Imperialismo (Geffray, 1991 e Minter, 1998), o conflito serviu de base para pôr em questionamento a atitude política do Governo da FRELIMO após a independência. Em finais dos anos 80, a conjuntura internacional decorrente do colapso da União Soviética, levando ao fracasso do socialismo, permitiu a intensificação das negociações que vinham decorrendo em Moçambique através das organizações religiosas representantes, grosso modo, pela Comunidade de Santo Egídio (Rocca, 1998: 45).

As negociações de Paz em Roma, caracterizadas por uma série de desconfianças entre as partes envolvidas, culminaram com a celebração dos Acordos Gerais de Paz a 4 de Outubro de 1992. Estes acordos impunham como condição para transição democrática o processo de Desmobilização, Desmilitarização e Reintegração Social (DDR) dos antigos combatentes de ambos os lados envolvidos na guerra. Este processo coube às Nações Unidas que, por sua vez, enviaram a Moçambique, em 1992, uma comissão de Paz designada ONUMOZ.

A ONUMOZ tinha como objectivo fundamental garantir a implementação do Acordo Geral de 1992, assegurando o bom funcionamento de quatro esferas essenciais: a política, a militar, a humanitária e a eleitoral. A componente militar deveria, numa primeira fase, verificar a retirada

das forças armadas do Zimbabué e do Malawi dos corredores de transporte da Beira e do Limpopo e manter o cessar-fogo, sobretudo nos primeiros momentos de fricção posteriores à assinatura solene pelos líderes adversários (Vines, 2014).

Tinha também como função crucial ajudar a desmobilizar 80.000 combatentes, organizar parte deles nas novas forças armadas moçambicanas e devolver os restantes ao meio civil. A integração de milhares de homens num quotidiano de paz implica um processo moroso, ao qual a força internacional deu a primeira ajuda ao ceder-lhes os meios para reconstruírem as suas vidas. A componente militar tinha também a seu cargo tarefas de carácter policial de preservação da segurança das infra-estruturas vitais e de condução do desarme da população civil, rica em armamento ligeiro (Vines, 2014).

A Operação das Nações Unidas, no âmbito humanitário, tinha o enorme encargo de apoiar a chegada e a realocação de milhares de refugiados e deslocados internos que procuravam agora regressar às suas terras de origem. Numa fase posterior, a ONU teria também de salvaguardar a legalidade das primeiras eleições depois da guerra civil, o momento simbólico que iria servir de primeiro indicador do sucesso da missão (Rocca, 1998).

Embora tenha havido um consenso, em 1994, entre Joaquim Chissano e as Nações Unidas sobre o processo de DDR, este programa, mais tarde, revelou-se desafiador e longe de estar concluído. Os conflitos subsequentes levados a cabo pela RENAMO reclamavam as falhas do processo de desmobilização e reintegração num momento onde os processos democráticos dependiam essencialmente da compreensão entre as partes (Geffray, 1991).

A instabilidade verificada no processo da implementação do DDR aponta para os desafios de uma paz duradoura proposta em Outubro de 1992 e apresentam-se como um obstáculo para o sucesso da democracia em Moçambique. As falhas na implementação do DDR comprometem a paz em Moçambique levando à ameaça extrema de novos conflitos. A RENAMO sempre reivindicou os insucessos deste processo, questionando os próprios mecanismos que os têm dinamizado (Vines, 2014).

Em 2014, houve um novo Acordo de Cessação de Hostilidades assinado pelo então Presidente Armando Guebuza e o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, buscando mais uma vez acabar com a violência e abrir caminho para as eleições gerais que ocorreriam no mesmo ano (Vines, 2014:78). Apesar desse acordo, as tensões e os confrontos esporádicos continuaram evidenciando as dificuldades de um acordo duradouro.

Em agosto de 2018, foi assinado um Memorando de Entendimento sobre Assuntos Militares entre o Presidente Filipe Nyusi e Afonso Dhlakama, que incluiu compromissos mais concretos sobre a integração de combatentes da RENAMO nas forças de defesa e segurança e a desmobilização completa dos restantes (Nuvunga, 2018:112). Este memorando visava construir um entendimento mais firme sobre a questão militar que tinha sido uma das principais fontes de desconfiança e conflito.

E em agosto de 2019, foi assinado um Acordo de Paz Definitiva entre o governo de Moçambique e a RENAMO, simbolizando um esforço renovado para garantir uma paz duradoura. Este acordo foi visto como um passo crucial para a estabilidade do país, focando-se na integração de ex-combatentes, no desarmamento e na reconciliação nacional (Morier-Genoud, 2019:95). No entanto, a implementação de tais acordos continua a ser um desafio significativo, e a verdadeira paz depende da eficácia com que estas medidas são aplicadas e da boa-fé de todas as partes envolvidas.

Deste modo, é preciso compreender como os fracassos dos processos de Desmobilização podem influenciar a paz doutorada em Moçambique após a celebração dos Acordos Gerais de Paz.

4. Pergunta de Partida

Quais são as implicações para Moçambique dos constantes Processos de Desmobilização?

2. Revisão da literatura

Este estudo centra-se nas abordagens sócio-políticas do Processo de Desmobilização e os seus desafios para a Paz duradoura em Moçambique. A análise inicial com a assinatura dos Acordos Gerais de Paz-1992, lançando as bases para o DDR e a sua renovação constante em 2019. A pesquisa não faz análises políticas dos acordos, muito menos discutir os acordos em si, mas avalia a natureza da sua implementação e a sua eficácia.

O estudo foi sustentado pelos Estudos posteriores de João Paulo Borges Coelho (Abrir a Fábula), publicado em 2015 pela Revista Crítica de Ciências Sociais; Bertelsen (2016); Geffray (1991); Nuvunga (2018) e outros.

O processo de DDR não deve encerrado numa única visão ideológica: a da tentativa de colocar fim ao conflito armado moçambicano, mas uma ampla complexa combinação ideologias com interesses diferentes. A RENAMO, ao concordar com este processo, espera legitimar-se e por meios legais conseguir a legitimação dos seus interesses, embora as narrativas oficiais retratam uma RENAMO fragilizada incapaz de continuar com a guerra (Geffray, 1991).

O Governo da FRELIMO, assim descrito pela sua popularidade e regime do partido único, esperava, por meios destes acordos, acelerar a aniquilação total daqueles que sempre foram classificados como bandidos armados sem nenhuma agenda política, conforme retratado pelo Adam (2005). Entretanto, a Comunidade Internacional recomendava que este processo fosse equitativa entre ambos para garantir a transição democrática.

Borges Coelho (2015), faz uma análise profundamente crítica em relação às narrativas do Governo da FRELIMO ao longo da Guerra Civil como tendo sido as principais barreiras futuras do sucesso do DDR. O facto é que a FRELIMO usou as narrativas da vitória sobre o regime Salazarista do Estado Novo, na derrota dos revolucionários portugueses em 25 de Abril, como sendo o único representante legítimo a conduzir os destinos do povo moçambicano. Esta visão impossibilitaria a abertura política para bem tratar ideias e posições políticas diferentes daqueles que também participaram da libertação da Nação. O processo de DDR enterrou a paz para além e não ao contrário do que houve ou se esperava.

Bertelsen, B. E. (2016). Violent Becomings: State Formation, Sociality, and Power in

Mozambique. Berghahn Books. Bertelsen, não foge bastante da visão de Borges Coelho ao explicar as duras implicações sociais e políticas vividas ao longo do período da DDR em Moçambique. Ele aponta que esta violência social e graves falhas na sua observância contribuiu para as falhas políticas subsequentes. Ele explora ainda a formação do estado e a dinâmica de poder em Moçambique, com foco na violência e no processo de paz. Ele argumenta que a violência foi uma parte intrínseca da formação do estado e das relações sociais, complicando os esforços de pacificação e reconstrução. No entanto, não se pode atribuir a culpa das falhas a um lado, é preciso olhar e criticar os interesses ocultos da comunidade internacional neste momento que seriam efectivados por meio de um regime mais aliado e não oposto.

Geffray, C. (1991), analisa o surgimento da RENAMO e a dinâmica do conflito civil, sugerindo que a RENAMO foi influenciada e sustentada por regimes minoritários brancos da região, como uma extensão das políticas imperialistas para desestabilizar Moçambique. Este argumento por si só já oferece bases interessantes para se avaliar o futuro do DDR em Moçambique. Como seriam tratados os bandidos armados na nova realidade Moçambicana? Deveriam ser integrados no exército enquanto bandidos e opositores implacáveis do regime? O processo de DDR não foi o que se esperava ter sido. Não ofereceu soluções eficazes aos problemas crónicos da Nação.

Por outro lado, Hall, M. & Young, T. (1997). trazem uma análise abrangente da história política e social de Moçambique, argumentando que a guerra civil e suas consequências moldaram profundamente a trajetória do país desde a independência. Eles discutem como a FRELIMO, inicialmente um movimento de libertação, enfrentou desafios internos e externos significativos ao tentar construir um estado pós-colonial. Os autores argumentam que a guerra civil exacerbou divisões internas e dificultou a consolidação de um governo estável e democrático.

Nuvunga, A. (2018), na sua análise, "The Peace Process in Mozambique: The Role of the International Community." *Journal of Peacebuilding & Development*. Nuvunga analisa o memorando de entendimento sobre assuntos militares de 2018, argumentando que o envolvimento da comunidade internacional foi vital para alcançar um compromisso mais robusto entre o governo moçambicano e a RENAMO. Ele enfatiza que a integração dos combatentes da RENAMO nas forças de defesa e segurança do país e a desmobilização completa dos restantes foram passos críticos para reduzir as tensões. Nuvunga sugere que o apoio técnico e financeiro internacional foi

crucial para a implementação dessas medidas.

Minter, W. (1998). discute o papel do imperialismo e dos regimes minoritários brancos no apoio e formação da RENAMO, argumentando que a guerra civil em Moçambique foi em grande parte alimentada por interesses externos que buscavam manter a região sob influência colonial indireta.

Morier-Genoud, E. (2019), discute o acordo de paz definitivo de 2019, destacando os esforços para uma paz duradoura através da desmobilização e reconciliação nacional. Ele argumenta que o sucesso da paz em Moçambique depende da força e eficácia das instituições envolvidas no processo de DDR.

Rocca, L. (1998), examina o contexto histórico da guerra civil em Moçambique, enfatizando a transição de um movimento de libertação contra o colonialismo português para um conflito interno complexo. Ele destaca o papel da Comunidade de Santo Egídio nas negociações de paz, argumentando que a intervenção de atores religiosos foi crucial para mediar as desconfianças entre a FRELIMO e a RENAMO. Rocca argumenta que a abordagem humanitária e moral da Comunidade de Santo Egídio ajudou a criar um ambiente propício para o diálogo e a eventual assinatura dos Acordos Gerais de Paz em 1992

Vines, A. (2014), analisa o processo de reintegração da RENAMO na sociedade moçambicana, focando-se no acordo de cessação de hostilidades de 2014. Ele argumenta que, embora o acordo tenha sido um passo importante, a implementação falha e as contínuas tensões políticas demonstram a dificuldade de transformar compromissos de papel em realidade prática. Vines destaca que a falta de um processo eficaz de desmobilização e reintegração (DDR) perpetuou a insegurança e a desconfiança, impedindo uma paz sustentável.

Se for dada uma atenção minuciosa a estes estudos, fica notável que são amplas as percepções sobre o mesmo processo de DDR em Moçambique, mas todos concordam em um aspecto: o DDR falhou em Moçambique e o acordo de 2019 repetiu os mesmos erros do passado. O facto é os processos para a Paz não devem culmina com aliciamentos e silenciamentos, mas abrir um campo de cruzamento e dualidade das opiniões. Regimes que recusam crítica ainda não estão prontos para garantir a paz durável.

Metodologia

Esta secção dedica-se à apresentação das opções metodológicas que norteiam este trabalho. Trata-se de um estudo qualitativo que decorre de uma forma monográfica, o mesmo consistiu na selecção e leitura exploratória de documentos relevantes para os objectivos que o estudo se propôs a atingir.

Quanto aos procedimentos, utilizou-se a pesquisa documental/bibliográficas.

5. Método de pesquisa

5.1 Método de procedimento

Esta pesquisa ancorou-se ao método monográfico, uma vez que este pressupõe que o estudo de um caso em profundidade pode ser representativo de outros casos semelhantes (Gil, 2008). Assim, a escolha deste método de procedimento justifica-se pelo objectivo que guia esta pesquisa, uma vez que a mesma visa a compreensão do Processo de Desmobilização e os desafios para a Paz duradoura em Moçambique, 1992-2019.

5.2 Técnicas de recolha de dados

5.2.1. Pesquisa Bibliográfica

Para a realização desta pesquisa, foi usada uma pesquisa documental e bibliográfica. As fontes consultadas incluem a Biblioteca Brazão Mazula da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), a Biblioteca Nacional, a Biblioteca do Centro de Estudos Africanos (CEA) da UEM, e os repositórios electrónicos da UEM e da Universidade Técnica de Lisboa.

Os conteúdos consultados nesses locais incluem livros, artigos científicos e documentos electrónicos que abordam a Guerra Civil em Moçambique, o processo de desmobilização, desmilitarização e reintegração (DDR), os Acordos Gerais de Paz de 1992, e os subsequentes acordos de paz e cessação de hostilidades, como os acordos de 2014, 2018 e 2019.

Os conteúdos recolhidos foram analisados de forma crítica, comparando diferentes perspectivas e contextualizando as informações no âmbito do processo de paz em Moçambique. Serão identificadas as principais falhas e desafios no processo de DDR e suas implicações para a paz

duradoura no país. A análise buscou destacar a evolução dos esforços de paz, a eficácia das medidas implementadas e as lições aprendidas ao longo do tempo, visando compreender melhor a complexidade do conflito e as oportunidades para uma paz sustentável.

Capítulo II: O Processo de Desmobilização, Desmilitarização e Reintegração (DDR) em Moçambique Após os Acordos Gerais de Paz

Os Acordos Gerais de Paz (AGP), assinados em Roma a 4 de outubro de 1992 entre o Governo da República de Moçambique e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), encerraram oficialmente 16 anos de guerra civil que assolou o país após a independência (United Nations, 1995). Com o fim do conflito, iniciou-se um processo complexo de Desmobilização, Desmilitarização e Reintegração (DDR) dos combatentes, essencial para a estabilidade e reconciliação nacional (Kingma, 1997).

2.1. Contexto Histórico e Político do DDR em Moçambique

A guerra civil moçambicana, marcada por uma violenta luta entre a FRELIMO, no poder desde a independência em 1975, e a RENAMO, apoiada externamente durante a Guerra Fria, deixou cerca de um milhão de mortos, destruiu infraestruturas essenciais e resultou em milhões de deslocados internos e refugiados (Hanlon, 1996). A violência afetou não apenas as zonas rurais, mas também o tecido social e econômico do país. Assim, o processo de paz exigia não apenas o cessar-fogo, mas também uma reestruturação profunda das instituições militares e sociais, com mecanismos que promovessem a reconciliação e a reinserção sustentável dos ex-combatentes (Alden, 2002).

Embora constantemente fracassado, por inúmeros factores, alguns ligados aos interesses económicos e políticos, a Renamo demonstrou o seu compromisso para com o processo ao iniciar oficialmente o processo de DDR, juntamente com as suas contrapartes do Governo.

Foi neste contexto que em Gorongosa à 29 de Julho de 2019, antes da assinatura do acordo de paz final. Esta combinação de antecipação da implementação durante as negociações ajudou a criar confiança em ambas as partes e levou à assinatura do Acordo de Cessação Definitiva das Hostilidades Militares e do Acordo de Maputo de Paz e Reconciliação Nacional em Agosto de 2019. Estes acordos comprometem ambas as partes a pôr fim a todas as hostilidades políticas e militares e a implementar integralmente o pacote legislativo sobre descentralização.

Além disso, ambas as partes reafirmaram o seu desejo de um futuro de paz e reconciliação em Moçambique e prometeram dar prioridade ao diálogo como meio de resolução de diferendos. Em Julho de 2019, o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, nomeou o Embaixador

Manzoni como seu Enviado Pessoal para Moçambique. Isto assegurou a continuidade dos esforços de facilitação do diálogo entre o Governo e a Renamo e o apoio à subsequente implementação do acordo de paz.

Este acordo visava encerrar o conflito político e militar entre as duas partes, tendo o DDR como um elemento central para a estabilidade pós-conflito, para tal, o Governo representado pelo Filipe Nyusi concordou com o cumprimento de pagamento das pensões dos Desmobilizados assim como a sua gradual reintegração. (Acordo de Maputo, 2019).

2.2. O Conteúdo dos Acordos Gerais de Paz Relativo ao DDR

Os AGP previam explicitamente a desmobilização dos combatentes das duas forças beligerantes e a criação de um exército unificado e apolítico, composto por soldados da FRELIMO e da RENAMO (United Nations, 1995). O acordo previa igualmente a reabilitação social e econômica dos ex-combatentes, o respeito aos direitos humanos e a reestruturação das forças armadas e policiais. A assistência internacional foi essencial nesse processo, sendo a UNOMOZ encarregue de supervisionar a implementação dos dispositivos militares, enquanto o PNUD e outras agências multilaterais assumiram o papel de facilitadores da reintegração socioeconômica (UNDP, 1997).

2.3. A Desmobilização: Implementação e Desafios

A desmobilização iniciou-se em 1994, após uma fase inicial de levantamento e verificação de tropas. Aproximadamente 92.000 combatentes foram oficialmente desmobilizados, incluindo membros da FRELIMO, da RENAMO e de grupos paramilitares associados (World Bank, 1995). O processo era realizado em Centros de Desmobilização, onde os combatentes eram formalmente desarmados, registados e recebiam kits de reintegração contendo produtos de higiene, roupas, ferramentas agrícolas e uma quantia monetária simbólica (Kingma, 1997).

Entretanto, a implementação encontrou vários percalços. As demoras na distribuição dos kits e dos subsídios criaram frustrações, agravadas por comunicação deficiente e limitações logísticas, sobretudo em regiões isoladas e com fraca infraestrutura (Hanlon, 1996). Em alguns casos, surgiram relatos de deserções e protestos locais por parte de combatentes que se sentiam marginalizados ou esquecidos pelo sistema (Manning, 2002).

2.4. A Desmilitarização: O Desarmamento e a Formação do Novo Exército

O processo de desmilitarização foi conduzido simultaneamente com a desmobilização. Ele incluiu não só o desarmamento dos combatentes, mas também a coleta e destruição de armamento pesado, munições e minas terrestres (United Nations, 1995). Moçambique estava entre os países mais minados do mundo à época, o que exigiu uma campanha robusta de desminagem com o apoio de ONGs internacionais como a Halo Trust (Kingma, 1997).

A criação do novo Exército de Defesa de Moçambique (FADM) foi prevista com a inclusão equitativa de efetivos da FRELIMO e da RENAMO (Alden, 2002). Embora o plano inicial previa um equilíbrio, na prática houve predomínio da FRELIMO, o que gerou desconfianças e ressentimentos dentro da RENAMO (Manning, 2002). A formação conjunta em centros militares internacionais (em países como Portugal, Zimbábue e Tanzânia) foi fundamental para promover uma cultura profissional comum e diminuir tensões ideológicas (Hanlon, 1996).

2.5. A Reintegração: Dimensão Social, Econômica e Psicológica

A reintegração foi o elemento mais longo e sensível do processo de DDR. A maioria dos ex-combatentes regressou às zonas rurais, onde enfrentaram desafios como a falta de terra arável, ausência de serviços públicos básicos e escassez de oportunidades de emprego (World Bank, 1995). Projetos financiados pelo Banco Mundial e o PNUD promoveram formação técnica, criação de cooperativas agrícolas e acesso a microcrédito (UNDP, 1997).

Um desafio adicional foi o apoio psicossocial. Muitos combatentes sofriam de traumas de guerra e não havia infraestrutura adequada para apoiar a sua reabilitação mental e emocional (Machel, 2001). Organizações como a Cruz Vermelha e ONGs locais realizaram intervenções comunitárias, mas a cobertura foi limitada. Além disso, mulheres ex-combatentes e crianças-soldado muitas vezes foram excluídas dos programas formais de reintegração, agravando a sua vulnerabilidade (Machel, 2001).

A reintegração urbana também se mostrou crítica. Vários ex-combatentes migraram para cidades como Maputo, Beira e Nampula em busca de oportunidades, contribuindo para o crescimento de zonas periurbanas informais (Hanlon, 1996). A ausência de planos urbanos integradores levou ao surgimento de bolsas de pobreza e criminalidade onde a frustração com a marginalização podia reacender sentimentos de insatisfação política (Manning, 2002).

2.6. Resultados do processo do DDR em Moçambique

Apesar das dificuldades, o processo de DDR em Moçambique é frequentemente citado como um caso relativamente bem-sucedido de pós-conflito em África (Alden, 2002). A estabilidade política foi mantida e as primeiras eleições democráticas em 1994 ocorreram pacificamente (United Nations, 1995). O envolvimento de atores internacionais, o compromisso das lideranças nacionais e o desejo popular pela paz foram fatores determinantes (Kingma, 1997).

Porém, a persistência de tensões entre o governo e a RENAMO em anos posteriores evidencia que o DDR, embora eficaz em desmobilizar formalmente, não abordou plenamente questões estruturais de inclusão política, acesso equitativo à terra, à justiça e à representação regional (Manning, 2002). A falta de um mecanismo nacional de reconciliação ou de uma comissão da

verdade é apontada por alguns analistas como uma omissão importante no pós-guerra moçambicano (Hanlon, 1996).

Capítulo III: O Processo de Desmobilização em Moçambique: Natureza, Evolução e Constrangimentos

O processo de desmobilização em Moçambique constitui um dos episódios mais complexos e determinantes na história contemporânea do país. Após décadas de conflitos, primeiro contra o regime colonial português (1964-1974) e posteriormente durante a guerra civil entre a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) (1977-1992), o país foi forçado a enfrentar o desafio de reintegrar dezenas de milhares de ex-combatentes na sociedade civil. A assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) em 1992, mediado em Roma, foi o ponto de partida para um longo e multifacetado processo de desmobilização e reintegração.

A natureza deste processo não se limita ao simples desmantelamento das estruturas militares dos grupos beligerantes. Pelo contrário, implica uma profunda reconstrução do tecido social, económico e político, marcada por tensões, falhas estruturais e tentativas reiteradas de reconciliação nacional (Alden, 2002). A desmobilização em Moçambique inscreve-se num contexto mais vasto de reconstrução pós-conflito em África Austral, sendo frequentemente estudada como um caso emblemático pelas suas singularidades e pelos seus recorrentes desafios.

Este capítulo tem como objetivo analisar, de forma crítica e sistemática, a natureza, a evolução histórica e os principais constrangimentos que marcaram o processo de desmobilização em Moçambique desde 1992 até ao presente. Recorrendo a fontes académicas, relatórios institucionais e testemunhos históricos, procuraremos evidenciar as dinâmicas políticas, sociais e económicas que moldaram este processo, bem como os obstáculos enfrentados na sua implementação.

A análise aqui apresentada parte do pressuposto de que o sucesso de um processo de desmobilização não reside apenas na cessação de hostilidades, mas também na capacidade do Estado e da sociedade em absorver e dar dignidade aos ex-combatentes, promovendo justiça social e equidade (Manning, 2002; Honwana, 1996). Moçambique, nesse sentido, oferece um campo fértil para explorar as contradições entre discurso político, prática institucional e expectativas sociais.

3.1. A Natureza do Processo de Desmobilização em Moçambique

A desmobilização em Moçambique deve ser compreendida como parte integrante de um processo mais amplo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), típico dos contextos de pós-conflito. No caso moçambicano, o DDR foi moldado por uma série de dinâmicas políticas internas e externas, que determinaram tanto os seus limites quanto as suas possibilidades. O seu desenho institucional, os seus objetivos e os seus beneficiários refletem tensões entre a necessidade de pacificação nacional e os imperativos de reconstrução do Estado (Kingma, 1997).

A natureza do processo moçambicano foi predominantemente técnica, centralizando-se na contagem, registo e desmobilização formal dos combatentes da FRELIMO e da RENAMO. Esta abordagem, inicialmente promovida por organismos internacionais como as Nações Unidas, através da Missão das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ), procurava criar as condições mínimas de estabilidade militar e permitir a realização de eleições democráticas (UNDP, 1995). Contudo, esta visão tecnocrática negligenciou, em muitos momentos, a dimensão humana e social do processo, reduzindo os ex-combatentes a meros números administrativos (Alden, 2002).

Importa destacar que o processo de desmobilização foi, desde o início, profundamente marcado por desconfianças mútuas entre os antigos beligerantes. A FRELIMO, enquanto partido no poder, olhava com reservas para a reintegração plena da RENAMO, receando a sua reorganização política e militar. Por outro lado, a RENAMO mantinha suspeitas quanto à imparcialidade do Estado e ao cumprimento dos acordos de paz, o que levou à relutância em desmobilizar voluntariamente todos os seus efetivos (Weinstein & Francisco, 2005).

Em termos formais, a desmobilização envolveu três componentes essenciais: o registo e certificação dos combatentes, a sua desmobilização física com entrega de armamento e atribuição de subsídios temporários, e a posterior reintegração socioeconómica. No entanto, como assinala Alden (2002), “a desmobilização foi mais eficaz como mecanismo de encerramento de hostilidades do que como política de reintegração sustentável”. Muitos ex-combatentes, sobretudo nas zonas rurais, ficaram à margem dos processos de capacitação

profissional e de acesso a meios de subsistência, recaindo frequentemente na pobreza extrema e em situações de marginalização social.

Do ponto de vista político, a desmobilização também serviu como instrumento de legitimação do novo Estado democrático e multipartidário. A criação de um exército nacional integrado (Forças Armadas de Defesa de Moçambique – FADM), composto por membros da FRELIMO e da RENAMO, foi um dos elementos simbólicos mais importantes do acordo de paz, embora tenha sido implementado com dificuldades e assimetrias (Manning, 2002). A presença desproporcional de oficiais da FRELIMO nas estruturas de comando militar alimentou ressentimentos e contribuiu para episódios de tensões armadas posteriores.

A natureza fragmentada da sociedade moçambicana, com clivagens étnicas, regionais e ideológicas herdadas do conflito, complicou ainda mais o processo. Em muitas comunidades, os ex-combatentes eram vistos ora como heróis, ora como agressores, dificultando o seu regresso pleno à vida civil (Honwana, 1996). A ausência de mecanismos formais de justiça transicional, como tribunais ou comissões de verdade, contribuiu para o silêncio sobre os crimes cometidos durante a guerra e para uma reconciliação social apenas superficial.

Neste sentido, a desmobilização em Moçambique apresenta-se como um processo de natureza ambivalente: por um lado, foi uma condição indispensável para o fim da guerra e para a instalação de um regime democrático; por outro, deixou em aberto questões estruturais relacionadas com a justiça, a equidade e a memória histórica. A sua natureza, portanto, não pode ser compreendida apenas através dos relatórios oficiais ou dos dados estatísticos, mas deve ser analisada à luz das experiências concretas dos indivíduos e das comunidades envolvidas.

3.2. A Evolução Histórica do Processo de Desmobilização em Moçambique

A história da desmobilização em Moçambique está profundamente entrelaçada com os principais marcos políticos e militares do país desde a independência em 1975. Pode ser dividida em três fases principais: (i) a fase pós-independência e de militarização intensiva (1975-1992), (ii) o período de transição e implementação do Acordo Geral de Paz (1992-2005), e (iii) o período

recente de desmobilizações renovadas, associadas ao processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) iniciado em 2018.

3.4. Militarização Pós-Independência e Pré-Desmobilização (1975-1992)

Após a independência em 1975, a FRELIMO estabeleceu um Estado de partido único, adotando uma orientação socialista e centralizadora. Durante este período, a criação de um exército popular fortemente ideologizado tornou-se prioridade, como forma de consolidar o poder e proteger o novo regime contra ameaças externas e internas (Vines, 1996). Paralelamente, surgia a RENAMO, inicialmente apoiada pela Rodésia e, mais tarde, pela África do Sul do apartheid, como um movimento de resistência armada contra o governo central.

A guerra civil que se seguiu, de 1977 a 1992, teve efeitos devastadores: cerca de um milhão de mortos, deslocamento interno massivo e a destruição de infraestruturas. Durante este período, não houve qualquer iniciativa formal de desmobilização; pelo contrário, ambas as partes expandiram os seus efetivos militares, utilizando tanto o recrutamento forçado como o voluntário (Nordstrom, 1997). A militarização da juventude e o uso sistemático de crianças-soldado agravaram as cicatrizes sociais do conflito.

3.5. Acordo Geral de Paz e Primeira Fase de Desmobilização (1992–2005)

O Acordo Geral de Paz, assinado em Roma a 4 de Outubro de 1992, foi um ponto de viragem crucial. O acordo previa a cessação imediata das hostilidades, a criação de forças armadas integradas e a desmobilização de cerca de 100 mil combatentes de ambas as partes (ONUMOZ, 1994). A implementação do acordo contou com o apoio da comunidade internacional, sobretudo das Nações Unidas, que criaram a ONUMOZ para monitorizar o processo.

Durante esta fase, a desmobilização centrou-se em três pilares principais: (1) recolha e destruição de armamento; (2) registo e desmobilização de combatentes; e (3) entrega de kits de reintegração e subsídios temporários. Embora o processo tenha alcançado alguns êxitos – como a formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) com efetivos de ambas as partes –,

muitos combatentes foram deixados fora do sistema, quer por falhas de registo, quer por receio de perseguição ou falta de confiança nas instituições (Manning, 2002).

As fragilidades do processo começaram a emergir nos anos seguintes. Vários relatórios apontam para a insatisfação generalizada entre ex-combatentes devido à falta de acompanhamento e apoio à reintegração (Kingma, 2000). Muitos queixavam-se de terem recebido apoio simbólico e insuficiente, sendo deixados à sua sorte em comunidades pobres e frequentemente hostis.

3.6. Recrudescimento do Conflito e Segunda Fase de Desmobilização (2006–2018)

A partir de meados dos anos 2000, surgiram sinais preocupantes de insatisfação dentro da RENAMO, com alegações de incumprimento dos acordos anteriores, exclusão política e marginalização dos seus membros. Em 2013, o conflito armado reacendeu-se em várias províncias do centro do país, obrigando a novas negociações de paz (Morier-Genoud, 2020). Durante este período, o governo realizou desmobilizações pontuais, mas sem um plano abrangente, o que contribuiu para uma situação de instabilidade cíclica.

As críticas à forma como os ex-combatentes foram tratados intensificaram-se. Muitos viviam na pobreza, sem acesso à terra, emprego ou serviços sociais. A ausência de um sistema eficaz de monitoria e apoio pós-desmobilização tornou-se evidente. Esta fase revelou que a desmobilização sem reintegração significativa era insustentável.

3.7. DDR Actual e o Acordo de Paz de 2019

A fase mais recente do processo de desmobilização teve início em 2018, com a assinatura do Memorando de Entendimento entre o governo e a RENAMO, culminando no Acordo de Paz e Reconciliação Nacional de 6 de Agosto de 2019. Este novo acordo introduziu um processo renovado de DDR, com apoio técnico e financeiro de parceiros internacionais, e sob coordenação do Gabinete do Enviado Pessoal do Secretário-Geral das Nações Unidas.

O novo processo visa desmobilizar e reintegrar cerca de 5.000 ex-combatentes da RENAMO, incluindo membros da sua ala militar remanescente (Renamo-Militar), com foco reforçado na inclusão social, apoio psicossocial e reconciliação comunitária (UN Mozambique, 2021). Esta

fase é também marcada por um esforço mais explícito de integração de género, considerando a situação das mulheres combatentes.

Apesar dos avanços, o processo enfrenta sérios desafios: falta de financiamento sustentável, insegurança persistente em algumas zonas, e dificuldades logísticas nas zonas rurais. Além disso, permanece uma sensação de frustração entre muitos ex-combatentes que veem promessas não cumpridas e continuam à margem da vida económica e política nacional (Morier-Genoud, 2020).

3.8. Os Principais Constrangimentos do Processo de Desmobilização em Moçambique

Apesar dos esforços nacionais e internacionais em promover uma paz duradoura através da desmobilização, o processo em Moçambique tem sido sistematicamente afetado por um conjunto de constrangimentos de ordem política, económica, social, institucional e psicológica. Estes desafios não só dificultaram a eficácia do DDR, como também contribuíram para a persistência de tensões e para o ressurgimento cíclico de conflitos armados.

3.9. Fragilidades Institucionais e Governança Deficiente

Um dos principais obstáculos à desmobilização foi a fraca capacidade institucional do Estado moçambicano. A burocracia pública, debilitada após anos de guerra, não dispunha de recursos humanos, técnicos e financeiros adequados para gerir um processo tão complexo e sensível. As estruturas responsáveis pelo DDR, como o Instituto Nacional de Desmobilização e o Ministério dos Combatentes, mostraram-se frequentemente ineficazes na implementação das políticas e no acompanhamento dos ex-combatentes (Alden, 2002).

Além disso, a politização do processo contribuiu para a sua fragilidade. A FRELIMO, como partido dominante, foi frequentemente acusada de instrumentalizar a desmobilização em proveito político, marginalizando combatentes ligados à RENAMO ou condicionando a sua reintegração com base em lealdades políticas (Manning, 2002). Isso gerou sentimentos de exclusão e alimentou desconfianças que minaram os esforços de reconciliação nacional.

3.10. Insuficiência de Recursos e Apoio Internacional Instável

A desmobilização em Moçambique foi altamente dependente do financiamento externo. Durante a primeira fase do DDR, a maior parte dos fundos veio de doadores internacionais como o PNUD, a União Europeia e países nórdicos. No entanto, a natureza episódica e muitas vezes condicionada desse apoio dificultou a continuidade e sustentabilidade das ações (Kingma, 2000).

Muitos projetos de reintegração não tiveram continuidade após o término dos contratos de financiamento, deixando milhares de ex-combatentes sem alternativas viáveis. A ausência de um fundo nacional para o DDR e de mecanismos de financiamento interno refletiu uma falta de compromisso estratégico a longo prazo por parte do Estado moçambicano (UNDP, 2006).

3.11. Ausência de Reintegração Económica Sustentável

Um dos constrangimentos mais severos foi o fracasso na reintegração económica dos ex-combatentes. A maioria recebeu kits de reinício (enxadas, sementes, bicicletas), que eram muitas vezes inadequados ao contexto socioeconómico local ou insuficientes para garantir meios de subsistência. A falta de capacitação profissional e de acesso ao crédito dificultou o empreendedorismo rural e urbano, levando muitos ex-combatentes ao desemprego ou à economia informal (Weinstein & Francisco, 2005).

O setor agrário, onde a maioria foi encorajada a reintegrar-se, encontrava-se fragilizado e sem apoios estatais consistentes. Adicionalmente, a pressão sobre a terra, os conflitos agrários e a falta de políticas inclusivas de desenvolvimento rural criaram um ambiente hostil à reintegração produtiva dos ex-combatentes (Hanlon, 1996).

3.12. Falta de Apoio Psicossocial e Reconciliação Comunitária

A dimensão psicológica do pós-guerra foi amplamente negligenciada. Muitos ex-combatentes regressaram às suas comunidades com traumas severos, sem acesso a serviços de saúde mental ou apoio psicossocial. Casos de alcoolismo, violência doméstica e marginalização social tornaram-se frequentes entre esta população, gerando instabilidade social (Honwana, 1996).

Em várias comunidades, os ex-combatentes não foram recebidos como heróis, mas sim como responsáveis por atrocidades durante a guerra. A ausência de processos formais de reconciliação e de justiça transicional, como comissões de verdade, dificultou a reintegração plena e a construção de uma memória coletiva inclusiva (Igreja, 2008).

3.13. Persistência de Tensões Políticas e Militarização da RENAMO

A desmobilização falhou, em parte, porque não foi acompanhada por um real processo de inclusão política. A RENAMO continuou a denunciar a exclusão dos seus quadros nas forças de defesa, nos órgãos de soberania e na administração pública. Esta exclusão perpetuou a lógica de “dois exércitos”, com a RENAMO mantendo estruturas armadas paralelas como forma de pressão política (Morier-Genoud, 2020).

O recrudescimento do conflito armado em 2013 demonstra que os constrangimentos do DDR não eram apenas técnicos, mas sobretudo políticos. Sem um pacto nacional inclusivo e mecanismos eficazes de partilha de poder, a desmobilização tornou-se um processo incompleto e vulnerável a retrocessos.

CAPÍTULO IV: As Implicações das Falhas do Processo de Desmobilização para a Manutenção da Paz em Moçambique

O processo de desmobilização em Moçambique, particularmente no pós-Acordo Geral de Paz (AGP) de 1992, tem sido objeto de múltiplas análises e críticas. A desmobilização, como parte integrante do tripé DDR (Desmobilização, Desarmamento e Reintegração), foi concebida para transformar ex-combatentes em civis produtivos, contribuindo assim para a consolidação da paz. No entanto, falhas sistemáticas no planeamento, execução e acompanhamento deste processo comprometeram não só a sua eficácia, como também a sustentabilidade da paz no país. Este capítulo analisa as implicações dessas falhas, contextualizando os seus efeitos sobre a estabilidade política e social de Moçambique.

CONTEXTO HISTÓRICO DO PROCESSO DE DESMOBILIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

O Acordo Geral de Paz (AGP), assinado em Roma a 4 de outubro de 1992 entre a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), encerrou oficialmente 16 anos de guerra civil. Um dos elementos centrais do acordo foi o processo de DDR. A ONU, por meio da ONUMOZ, assumiu a responsabilidade de supervisionar este processo entre 1992 e 1994. Embora o AGP tenha representado um marco histórico, as falhas no processo de desmobilização começaram a evidenciar-se desde os seus primeiros estágios.

Segundo Alden (2002), o programa de DDR em Moçambique foi apressado e mal financiado, o que comprometeu a sua capacidade de alcançar uma reintegração efectiva e sustentável. Muitos ex-combatentes receberam apenas um pagamento único (“golden handshake”), sem o devido acompanhamento psicológico, profissional ou comunitário. Isso criou um vácuo no apoio pós-conflito e, em muitos casos, contribuiu para o ressurgimento de tensões nas comunidades onde esses indivíduos retornaram.

2.4. A Influência do Contexto Pós-Guerra

O período imediatamente após a assinatura do AGP foi caracterizado por uma transição frágil, marcada por desafios estruturais e institucionais. O governo recém-pacificado carecia de recursos financeiros, capacidade administrativa e legitimidade plena em certas regiões do país. A pressão

internacional por resultados rápidos contribuiu para um processo de desmobilização apressado, centrado na estatística de desarmamento e não na qualidade da reintegração.

Conforme observa Igreja (2013), o contexto político de reconciliação superficial dificultou o surgimento de um pacto social robusto. As comunidades afetadas pela guerra continuaram a viver com medo e ressentimento, o que se refletiu na reincidência de conflitos localizados e na fraca coesão nacional. A ausência de uma abordagem sensível ao contexto cultural e social moçambicano também dificultou a aceitação dos ex-combatentes nas suas comunidades de origem.

FALHAS NO PROCESSO DE DESMOBILIZAÇÃO

2.5. Falta de Planeamento e Coordenação

A ausência de um plano estratégico de longo prazo, aliado à dependência excessiva de fundos internacionais, minou os esforços de desmobilização. A ONUMOZ concentrou-se mais na cessação imediata das hostilidades do que em garantir uma reintegração efectiva dos ex-combatentes.

A dispersão de responsabilidades entre agências nacionais e internacionais gerou sobreposição de funções e lacunas na execução. A fraca articulação entre as entidades envolvidas reduziu a eficácia da assistência aos ex-combatentes, que muitas vezes se viam sem suporte contínuo. Knight & Özerdem (2004) destacam que, sem uma liderança nacional clara, os programas de DDR tendem a falhar em seus objetivos de longo prazo. O governo moçambicano não conseguiu instituir uma estrutura institucional coesa para absorver, coordenar e sustentar as ações de reintegração além da presença internacional.

2.6. Reintegração Económica Limitada

A maior parte dos ex-combatentes foi reintegrada sem meios económicos sustentáveis. A promessa de formação profissional, crédito agrícola e apoio à criação de pequenos negócios raramente se concretizou (Kingma, 2000). Isso levou muitos ex-combatentes ao desemprego ou à economia informal, criando tensões sociais e frustrações.

A reintegração económica também enfrentou obstáculos estruturais, como a escassez de emprego formal, a fraca capacidade produtiva nas zonas rurais e a ausência de incentivos fiscais para empregadores que contratassem ex-combatentes. Em muitos casos, os combatentes regressaram às suas comunidades de origem sem qualquer forma de apoio institucional, dependendo apenas de redes familiares frágeis. Essas limitações agudizaram as desigualdades regionais e contribuíram para o aumento da pobreza em zonas já afetadas pela guerra.

2.2. Exclusão e Desigualdade

Os programas de desmobilização favoreceram desproporcionalmente os combatentes das forças governamentais. Muitos membros da RENAMO alegaram discriminação, o que perpetuou a desconfiança e alimentou discursos de exclusão. Como argumenta Macaringue (2017), a percepção de marginalização é uma das causas da recorrente instabilidade político-militar nas regiões centrais do país.

Além disso, mulheres ex-combatentes foram quase completamente ignoradas no processo, revelando um viés de género estrutural na concepção e execução das políticas de DDR. Essas mulheres, que desempenharam múltiplos papéis durante o conflito, ficaram privadas de reconhecimento e apoio, sendo muitas vezes estigmatizadas pelas suas comunidades. Isso teve implicações duradouras na sua capacidade de reintegração social e económica.

IMPLICAÇÕES PARA A MANUTENÇÃO DA PAZ

3.1. Recrudescimento da Violência

As falhas na desmobilização estão na base dos episódios de violência armada registados entre 2013 e 2016, período em que a RENAMO voltou a contestar militarmente o governo. Ex-combatentes mal reintegrados formaram milícias, sobretudo em Sofala e Manica, questionando o monopólio estatal do uso da força (Morier-Genoud, 2018).

Testemunhos recolhidos em 2015 indicam que muitos desses combatentes retornaram às armas devido à falta de alternativas de subsistência e à frustração acumulada por promessas

incumpridas desde os anos 1990. A desilusão com o processo de paz resultou numa radicalização de segmentos da RENAMO e numa escalada de confrontos com as forças estatais.

3.2. Fragilidade Institucional

A incapacidade do Estado em implementar eficazmente políticas de reintegração pós-conflito revelou debilidades institucionais profundas. Estas falhas alimentaram uma cultura de impunidade e minaram a confiança pública nas instituições de segurança e justiça.

A politização das forças armadas e a dualidade de lealdades dentro do exército e da polícia foram agravadas pela integração apressada de combatentes da RENAMO, sem processos adequados de formação ou verificação de antecedentes. Segundo Pouligny et al. (2007), a ausência de critérios claros de profissionalização das forças de segurança fragiliza a autoridade estatal e fomenta práticas clientelistas.

3.3. Obstáculos à Reconciliação Nacional

Sem um processo inclusivo e justo de desmobilização, a reconciliação nacional tornou-se um objetivo distante. A persistência de memórias traumáticas não resolvidas, associadas à má gestão do DDR, impedem o surgimento de uma cultura de paz (Igreja, 2013).

A ausência de mecanismos locais de justiça restaurativa e de reconhecimento público das vítimas da guerra reforçou sentimentos de impunidade e ressentimento. As cerimónias simbólicas de reconciliação foram escassas, e muitas vezes limitadas às capitais provinciais, deixando comunidades rurais num limbo de sofrimento silencioso.

PAPEL DAS ONGS, IGREJAS E COMUNIDADES LOCAIS

Organizações não-governamentais como a Christian Council of Mozambique, Caritas e Médicos Sem Fronteiras desempenharam papéis relevantes na assistência humanitária e apoio psicossocial aos ex-combatentes, sobretudo nas regiões mais afetadas pela guerra. Essas organizações também foram essenciais na denúncia de abusos e na promoção de mecanismos alternativos de justiça.

As igrejas, por sua vez, foram centrais na mediação de conflitos locais, na reconstrução de confiança entre comunidades e na promoção de uma mensagem de reconciliação. O envolvimento de líderes religiosos foi fundamental para facilitar o regresso de ex-combatentes às suas aldeias de origem. A fé, como elemento cultural forte, serviu como ponte entre o passado traumático e a esperança de um futuro pacífico.

Iniciativas comunitárias, como os comités de paz locais, criaram espaços de diálogo e reintegração informal, mitigando, em parte, as falhas institucionais do Estado. Contudo, a falta de financiamento contínuo limitou o impacto de muitas dessas intervenções. A ausência de uma política pública que integrasse essas experiências impediu a sua replicação em larga escala.

TESTEMUNHOS E IMPACTO REGIONAL (GORONGOSA E SOFALA)

Na região de Gorongosa, considerada um bastião da RENAMO, muitos ex-combatentes expressaram frustração por não terem recebido o prometido apoio à agricultura. Entrevistas feitas em 2024, indicam que alguns se organizaram em grupos de autodefesa por medo de represálias ou insegurança. A falta de oportunidades concretas levou ao retorno de muitos à floresta, reacendendo focos de tensão armada em 2014 (Marier-Genoud, 2018).

Em Sofala, relatos de comunidades locais apontam para uma convivência tensa entre civis e ex-combatentes desmobilizados, exacerbada por acusações mútuas sobre o passado da guerra. A falta de diálogo estruturado agravou a desconfiança. Segundo Igreja (2007), a convivência sem reconciliação profunda é um terreno fértil para novos ciclos de violência.

Os dados entrevista recolhidos na Província de Maputo, apontam para dois posicionamentos opostos. A primeira faz referência as divergências internas na RENAMO logo após a morte de Afonso Dlhakama. As divergências tinham que ver com a sucessão, alguns recusando o Issufo Momade e outros em concordância. Os que se opuseram a sua ascensão foram vistos como inimigos internos e muito rapidamente alguns repelidos de forma violenta.

A segunda referência faz menção a necessidade da captação da RENAMO pela FRELIMO e enfraquecê-lo, embora este posicionamento não tenha justificativas lógicas, mostra de facto a disputa pelo poder e a necessidade de enfraquecer politicamente os inimigos.

PERSPECTIVAS DE LONGO PRAZO PARA UMA PAZ SUSTENTÁVEL

Para garantir uma paz duradoura, é necessário adotar uma abordagem integrada de reintegração que considere:

Programas educativos adaptados à realidade dos ex-combatentes;

Isto quer dizer que não basta desmobilizar. É preciso reeducar e reintegrar estes combatentes que passaram a vida lutando.

Investimento em infraestrutura rural e mercados locais;

O DDR em si sem incentivos económicos não resulta. É preciso criar uma rede de investimentos como alternativa para torná-los ocupados e sucedidos.

Mecanismos de escuta e partilha de experiências sobre o conflito;

É preciso que não haja exclusão social e emocional. Os antigos combatentes devem receber um apoio emocional para minimizar os impactos psicológicos traumáticos de guerra.

Criação de espaços institucionais de mediação e justiça restaurativa.

Em casos de futuros conflitos, devem existir instituições confiáveis nos quais recorrer.

Inclusão efetiva de mulheres ex-combatentes nas estratégias de reconciliação; Fortalecimento das capacidades das autoridades locais para gerir conflitos pós-guerra.

A experiência moçambicana demonstra que a paz não pode ser reduzida à ausência de armas, mas deve envolver a reconstrução de relações sociais, económicas e políticas. Um processo de DDR eficaz deve colocar as comunidades no centro, promovendo não apenas a reintegração dos indivíduos, mas a cura coletiva.

CONCLUSÃO

O processo de desmobilização em Moçambique, longe de representar um ponto final nas hostilidades, expôs as fragilidades estruturais de um Estado em reconstrução e revelou a complexidade dos desafios da consolidação da paz. A análise apresentada neste trabalho evidencia que as falhas no desenho e na execução do DDR – em particular a desmobilização – tiveram efeitos que se estendem muito além do curto prazo, influenciando a trajectória política, económica e social do país até aos dias de hoje.

A ausência de um plano de reintegração robusto e inclusivo comprometeu a eficácia do DDR ao não garantir aos ex-combatentes condições dignas para uma vida civil produtiva. A predominância de abordagens tecnocráticas e centradas na desmilitarização estatística obscureceu a dimensão humana e comunitária do processo. O resultado foi o surgimento de ciclos de violência esporádica, a perpetuação de redes informais de lealdade militar e o enfraquecimento da confiança nas instituições do Estado.

Além disso, a exclusão sistemática de determinados grupos, como as mulheres ex-combatentes e os membros da RENAMO, reproduziu desigualdades que contribuíram para tensões persistentes entre o centro e a periferia política do país. Esta marginalização dificultou o estabelecimento de uma paz verdadeiramente inclusiva e duradoura, alimentando sentimentos de injustiça e contribuindo para a reincidência da violência em contextos locais como Gorongosa e Sofala.

Moçambique tem em mãos a oportunidade de aprender com os erros do passado. Isso requer o reforço das instituições públicas, o envolvimento efetivo das comunidades locais e o reconhecimento do papel plural das vítimas e dos antigos combatentes. O processo de construção da paz não é linear, mas contínuo e multidimensional. Requer memória, escuta e compromisso político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Artigos Científicos Publicados

COELHO, João Paulo Borges (2002). Antigos Soldados, Novos Cidadãos: A Reintegração dos Soldados de Maputo. Estudos Moçambicanos.

IGREJA, V. (2008). The challenge of national reconciliation in post-war Mozambique. *Journal of Southern African Studies*, 34(2), 345-366. <https://doi.org/10.1080/03057070802073453>

IGREJA, V. (2013). Politics of Memory, Decentralisation and Recentralisation in Mozambique. *Journal of Southern African Studies*, 39(2), 313–335.

IGREJA, V. (2007). The Politics of Peace and the Politics of Memory in Post-Civil War Mozambique. In: *The International Journal of Transitional Justice*, 1(3), 389–406.

KINGMA, K. (1997). Demobilization of Combatants after Civil Wars in Africa and Their Reintegration into Civilian Life. *Policy Sciences*, 30(3), 151-165.

KNIGHT, M. & ÖZERDEM, A. (2004). Guns, Camps and Cash: Disarmament, Demobilization and Reinsertion of Former Combatants in Transitions from War to Peace. *Journal of Peace Research*, 41(4), 499-516.

MACARINGUE, P. (2017). Desmilitarização, Desmobilização e Reintegração em Moçambique: Um Olhar Crítico. *Estudos Moçambicanos*, 35(1), 45-72.

MORIER-GENOUD, E. (2018). The 2013-2016 War in Mozambique: Origins and Scope. *The Journal of Southern African Studies*, 44(1), 1-20.

MORIER-GENOUD, D. (2020). The conflict that never ended: Political reconciliation and militarisation in post-war Mozambique. *African Affairs*, 119(477), 236-257. <https://doi.org/10.1093/afraf/adz038>

NORDSTROM, C. (1997). The quest for peace in Mozambique: A war-weary nation's search for a future. *International Security Studies*, 22(4), 47-62. <https://doi.org/10.1080/03056049708730418>

VINES, A. (1996). Renamo: From terror to political power. *African Affairs*, 95(380), 341-359. <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.afraf.a010657>

WEINSTEIN, J. M., & Francisco, G. (2005). Disarmament, reintegration, and reconciliation in Mozambique: The human dimensions of DDR. *International Journal of Peace Studies*, 10(2), 109-132.

Relatórios não publicados

BUENO, Natália; WEIMER, Bernhard (2020). Paz e Reconciliação em Moçambique: Conjunturas Críticas e Dependência da Trajetória. Desafios para Moçambique. Maputo: IESE.

NUVUNGA, Adriano (2018). Os Desafios da Paz em Moçambique: Do DDR aos Acordos de Paz de 2019. Maputo: IESE.

Livros

ALDEN, C. (2002). Mozambique: A history of struggle and reconciliation. London: Zed Books.

ALDEN, C. (2002). Mozambique and the Construction of the New African State: From Negotiations to Nation Building. Palgrave Macmillan.

DARCH, Colin (2018). Uma História de Sucesso que Correu Mal? O Conflito Moçambicano e o Processo de Paz numa Perspectiva Histórica.

DE BRITO, Luís (2014). Uma Reflexão Sobre o Desafio da Paz em Moçambique.

GEFFRAY, Christian (1991). A Causa das Armas: Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique. Campinas: Editora Unicamp.

GIL, Antônio Carlos (2008). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. Ed. São Paulo: Atlas.

HANLON, Joseph (2017). Renamo: Da Guerra Civil à Paz Instável.

HANLON, J. (1996). Mozambique: The revolution under fire. London: James Currey.

HONWANA, A. (1996). Mozambique: The long road to peace. Geneva: International Labour Organization.

KINGMA, K. (2000). Demobilization in Sub-Saharan Africa: The Development and Security Impacts. Palgrave.

Kingma, K. (1997). Demobilisation and reintegration of former combatants in Mozambique: The challenges of peace building. New York: United Nations University Press.

MANNING, C. (2002). The politics of peace: The Mozambican experience. Oxford: Oxford University Press.

MACHEL, G. (2001). Children and Armed Conflict in Mozambique: The Forgotten Casualties. UNICEF Report.

MINTER, William (1998). Apartheid's Contras: Na Inquiry into the Roots of War in Angola and Mozambique. London: Zed Books.

POULIGNY, B., CHESTERMAN, S., & SCHNABEL, A. (2007). *After Mass Crime: Rebuilding States and Communities*. United Nations University Press

REPPELL, Lisa; ROZEN, Jonathan; DE CARVALHO, Gustavo (2016) *Plano para a Paz: Lições do Processo de Consolidação da Paz em Moçambique*.

ROCCA, Jean-Pierre (1998). *Moçambique: Das guerras coloniais à paz negociada*. São Paulo: Paz e Terra.

ONUMOZ. (1994). *Report on the implementation of the disarmament, demobilization, and reintegration process in Mozambique*. United Nations, Department of Political Affairs.

UNITED NATIONS (1995). *The United Nations and Mozambique 1992-1995*. United Nations Blue Books Series, Volume V.

UNITED Nations Development Programme (1997). *Post-Conflict Reintegration: Lessons from Mozambique*. UNDP Country Report.

UNDP. (1995). *Post-conflict disarmament and reintegration in Mozambique: A strategy for development*. United Nations Development Programme.

UNDP. (2006). *Mozambique's reintegration process: Na evaluation of DDR outcomes*. United Nations Development Programme.

VINES, Alex (2014). *Renamo: From Terrorism to Democracy in Mozambique?*. Oxford: James Currey.

WORLD BANK. (1995). *Mozambique: Reintegration of War-Affected Youth*. Discussion Paper No. 286. Washington, DC: World Bank.